

A política municipal de ciência, tecnologia e inovação do município de Campina grande para o desenvolvimento regional

The municipal policy of science, technology and innovation of the municipality of Campina grande for regional development

Recebimento dos originais: 14/11/2018

Aceitação para publicação: 17/12/2018

Lucas Ribeiro Novais de Araújo

Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

Instituição: Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

Endereço: Av. Sen. Argemiro de Figueiredo, 1901 - Itararé, Campina Grande – PB, Brasil

E-mail: lucasribeirocg11@gmail.com

Rijkaard Dantas de Santana

Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

Instituição: Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

Endereço: Av. Sen. Argemiro de Figueiredo, 1901 - Itararé, Campina Grande – PB, Brasil

E-mail: rijkaard.dantas@gmail.com

Danyllo Wagner Albuquerque

Mestre em Informática pela Universidade Federal da Paraíba

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço: Cidade Universitária, Campina Grande-PB, Brasil

E-mail: dwa@ufcg.edu.br

RESUMO

A revolução pela tecnociência tem criado um cenário de descontinuidade sobre os velhos paradigmas políticos, sociais e culturais. Tal revolução tem gerado uma nova realidade pautada na colaboração para a otimização dos resultados, não só para se obter ganhos econômicos, mas para a inclusão social e o desenvolvimento coletivo. De modo que tramita na Câmara Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, o Projeto de Lei Complementar 141/2018, que institui a “Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação”, estabelecendo medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, para além do próprio progresso tecnológico e científico, a legislação tem como propósito maior a apropriação social dos seus resultados, fomentando um ambiente dialógico através de uma agenda coletiva, e aumentando a cooperação e controle social da ciência e tecnologia, dessa forma, consolidando o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Tecnociência. Desenvolvimento Regional. Agenda Coletiva. Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Campina Grande (PB).

ABSTRACT

The revolution by technoscience has created a scenario of discontinuity over the old political, social and cultural paradigms. This revolution has generated a new reality based on collaboration for the

optimization of results, not only for economic gains, but for social inclusion and collective development. The Complementary Law 141/2018, which establishes the "Municipal Policy for Science, Technology and Innovation", establishes measures to encourage innovation, research and development, is being developed in the City Hall of Campina Grande, State of Paraíba. Thus, in addition to technological and scientific progress itself, the main purpose of the legislation is the social appropriation of its results, fostering a dialogic environment through a collective agenda, and increasing the cooperation and social control of science and technology, thus consolidating development.

Key-words: Technoscience. Regional development. Collective Agenda. Municipal Policy of Science, Technology and Innovation of Campina Grande (PB).

1 INTRODUÇÃO

A revolução pela tecnociência tem criado um cenário de descontinuidade sobre os velhos paradigmas políticos, sociais e culturais, pautado na colaboração para a otimização dos resultados, não só para se obter ganhos econômicos, mas para a inclusão social e o desenvolvimento coletivo. Essa mudança de realidade exige do poder público e da iniciativa privada uma mudança das suas práticas, as quais necessariamente repercutem sobre a vida em sociedade, sobre o modo de interação entre as pessoas e a forma orgânica de desenvolvimento nos municípios e centros regionais.

Partindo da premissa de que são nos municípios e centros regionais que deve haver a efetivação dessas novas práticas para o desenvolvimento é que surge a necessidade da presença do Estado como agente de integração, promoção e fomento ao progresso tecnológico e científico. Portanto, com base no princípio constitucional da legalidade, faz-se necessária a instituição de um marco legal que possibilite os múltiplos órgãos municipais atuarem efetivamente na promoção a ciência, tecnologia e inovação (CTI).

Observando para essa realidade e na necessidade de instrumentação legal é que tramita na Câmara Municipal de Campina Grande (CMCG), Estado da Paraíba, o Projeto de Lei Complementar 141/2018, que institui a “Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação”, estabelecendo medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, visando alcançar a capacitação para a pesquisa científica, tecnológica, à inovação e a consolidação dos ambientes de inovação nos setores acadêmicos, produtivos e sociais do supracitado município.

De modo que, no presente resumo se evidenciará o processo de construção colaborativa do projeto de lei, além dos instrumentos legais para efetivação dessa política de incentivo. Restando clara na exposição o esforço integrado das Universidades sediadas no município, do Poder Público, além do setor civil e empresarial da cidade de Campina Grande-PB, todos colaborando para o fomento e desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação neste importante município do

interior do Nordeste brasileiro, reverberando sobre toda a região.

2 CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI

Para compreender a abrangência e o alcance da legislação, faz-se necessário observar para os aspectos materiais e, conseqüentemente, motivacionais para a sua propositura, sendo importante observar para o seu histórico de criação.

O projeto tem sua origem na disciplina de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O Professor da disciplina, Cidoval Moraes de Sousa, provocou seus alunos, e principalmente o vereador que é subscritor do projeto, para a criação de um Fundo de Ciência, Tecnologia e Inovação com a finalidade de patrocinar soluções para problemas do município através de projetos da academia. No mês de agosto de 2017 foi realizada uma audiência pública¹ na Câmara Municipal de Campina Grande para debater o tema.

Na oportunidade, representantes de diversas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) estiveram presentes, como UFCG, UEPB, EMBRAPA, UNIFACISA, UNINASSAU, IFPB, PaqTC, INSA, Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, FIEP entre outras. Após esta proveitosa audiência, teve início o Grupo de Trabalho do projeto de lei.

Seguindo o princípio de construção colaborativa, o Grupo de Trabalho se reuniu em diversas oportunidades, na maioria delas contando com convidados diferentes, entre eles, Etienne Arruda, representando o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Após longas discussões, chegou-se à conclusão de que o Fundo deveria estar amparado por uma lei mais ampla, que desse suporte e base para ele, dessa forma, surge a proposta de criação do Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

2.1 O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

Campina Grande é um dos mais importantes municípios do interior brasileiro, localizado no Estado da Paraíba². Considerado um dos principais polos industriais da Região Nordeste bem como principal polo tecnológico da América Latina, segundo a revista americana Newsweek³. Pertence à Região Geográfica Imediata de Campina Grande e a mesorregião do Agreste Paraibano.

¹ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. 230817 - **Audiência Pública - Criação do Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia. 2017. (2h37m08s). Disponível em** <<https://www.youtube.com/watch?v=zlFXY73E2zU&t=2058s>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

² ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

³ MELO, Maurício. **Campina - Oásis de Tecnologia**. Jornal da Paraíba. Disponível em: < <https://bit.ly/2MoOEXw>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

A posição geográfica do município privilegia e contribui para que seja um natural centro regional de distribuição e recepção de matéria-prima e mão-de-obra entre os Estados fronteiriços, havendo proximidade de capitais como Natal (RN), João Pessoa (PB) e Recife (PE).

Segundo estimativa para o ano de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, sua população estimada é de cerca de 410 (cento e quarenta) mil habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba. Quando considerada a sua região metropolitana, formada por dezenove municípios, possui uma população estimada em 640 (seiscentos e quarenta) mil habitantes⁵. Possuindo um Produto Interno Bruto (PIB) estimado, para o ano de 2015, de R\$5.339.000.000,00 (cinco bilhões trezentos e trinta e nove milhões de reais), o segundo maior do Estado da Paraíba.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no âmbito do município são, por setor: (I) Setor Primário: extração mineral, culturas agrícolas (destaque para o cultivo do algodão comum e algodão colorido – tecnologia desenvolvida no município e utilizada mundialmente) e pecuária; (II) Setor Secundário: indústrias de transformação (destaque para o polo calçadista, entre os maiores do Brasil), beneficiamento e de desenvolvimento de software; (III) Setor Terciário: comércio varejista, atacadista e serviços.

Ademais, a cidade é um importante centro universitário, contando com vinte e uma faculdades e universidades, sendo três delas públicas. É também a cidade com, proporcionalmente, o maior número de doutores do Brasil, 1 (um) para cada 590 (quinhentos e noventa) habitantes, representando cerca de seis vezes a média nacional⁶. Além de ensino superior, o município é destaque também em centros de capacitação para o nível médio e técnico. Uma evidência do desenvolvimento da cidade é o *ranking* da revista “Você S/A”, no qual aparece como uma das 100 melhores cidades para se trabalhar e fazer carreira do Brasil, única cidade do interior entre as capitais escolhidas no país. O município é ainda considerado a cidade mais dinâmica do Nordeste e a 6ª do Brasil segundo “A Gazeta Mercantil” e foi apontada como uma das 20 metrópoles brasileiras do futuro⁷.

2.2 MOTIVAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA LEI

⁴ Estatísticas da cidade de Campina Grande-PB. Disponível em: <<https://bit.ly/2MJpaUc>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

⁵ Dados do IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

⁶ LIMA, Wagner. **Paraíba tem quase 72 doutores para cada cem mil habitantes**. Matéria publicada no site G1. Disponível em: <<https://glo.bo/2nOvUIx>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

⁷ ZILAH, Karoline. **Campina Grande aparece como uma das 100 melhores cidades para se trabalhar e fazer carreira do Brasil**. Jornal da Paraíba. Disponível em: <<https://bit.ly/2MkTNQa>>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

Observando esses dados de desenvolvimento municipal e regional, percebe-se claramente que a cidade de Campina Grande possui um “ecossistema de inovação” incipiente, sendo esta cidade referência nacional e internacional em diversas áreas. Ademais, encontra-se instalada uma considerável estrutura composta por diversas ICTs, Incubadoras, Aceleradoras e Fomentadoras para Empresas e Startups, além de um Parque Tecnológico e Inovação.

Diante deste cenário, surge a ideia de construção da lei, que tem entre os seus objetivos: (I) O fortalecimento do “ecossistema de inovação” existente; (II) alavancar a infraestrutura técnica e legal para produção científica e tecnológica local; (III) incentivar o desenvolvimento sustentável pela inovação e pela pesquisa científica e tecnológica em um ambiente produtivo, revertendo os benefícios para a população municipal e de toda a região.

2.3 PROCESSO COLABORATIVO DE CONSTRUÇÃO DA LEI

A gênese do debate sobre a legislação era a instituição em Campina Grande de um Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação. Todavia, durante as discussões realizadas por ocasião de uma audiência pública¹, as perspectivas se ampliaram para a instituição de uma legislação que incentive a inovação e o desenvolvimento tecnológico, abarcando a existência de um fundo específico para destinação.

Assim, parte representativa das ICTs instaladas no município compuseram um grupo de trabalho e atuação, sendo responsável por: (I) redação da legislação; (II) assessoramento técnico-jurídico sobre os aspectos operacionais e legais pertinentes; (III) criação e manutenção de canais de comunicação com as ICTs e o setor produtivo do município; (IV) divulgação do projeto de lei na mídia bem como nos eventos de ciência e tecnologia. Em razão desse trabalho conjunto, do fundo, inicialmente centro das discussões, passou a existir no projeto como uma ferramenta dentro da Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Construir a matéria dentro de tal modelo de processo, de maneira colaborativa, representa um paradigma que está em pleno acordo com o próprio desiderato da Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação: Envolver a cidade em torno de uma ação composta por muitas ações e que esteja acima de qualquer viés político-partidário e seja uma política de Estado, e não de governo, em benefício da coletividade.

2.4 INSTRUMENTOS DA LEI

A presente lei estabelece medidas de incentivo à CTI, visando à consolidação dos ambientes de inovação nos setores acadêmicos, produtivos e sociais do município de Campina Grande, bem como promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria dos serviços

públicos. Para a consecução dos objetivos desta Lei serão constituídos diversos componentes para operacionalizar as ações de CTI no âmbito municipal. Os principais componentes desta legislação encontram-se descritos na figura abaixo:



A supracitada legislação institui o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (SMCTI), sendo o mesmo gerido pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI), órgão de natureza multidisciplinar com a participação de representantes do poder legislativo e executivo municipal, estadual, além das diversas ICTs sediadas no município.

Adicionalmente, o CMCTI atua junto com a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Campina Grande, com objetivo de gerir o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FMCTI), sendo este o grande responsável por fomentar as ações de promoção à Ciência, Tecnologia e Inovação. Para uma consulta mais aprofundada, a legislação pode ser acessada através do sítio eletrônico⁸ onde estão descritos maiores detalhes sobre a presente legislação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, resta demonstrado o processo de criação de uma lei complementar que estabelece medidas de incentivo e apoio às atividades de CTI no ambiente empresarial, acadêmico e social, para empresas e cidadãos estabelecidos ou domiciliados no Município de Campina Grande. Entre os principais objetivos dessa lei podem ser citados os seguintes:

- Promover a inovação de base tecnológica e científica como fator de desenvolvimento autossustentável no Município, para a geração de renda e novas

⁸ RIBEIRO, Lucas. **Campina Tem voz. Projeto de Lei de CTI para o município de Campina Grande**. Disponível em: <<http://www.campinatemvoz.com.br/tech>>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

oportunidades negócios;

- Estimular o desenvolvimento da ciência e tecnologia economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, a partir de iniciativas governamentais ou em parcerias com agentes privados;
- Apoiar a interação entre empresas, governos e instituições de ensino, com o escopo de alavancar o desenvolvimento econômico e social por meio das novas práticas comerciais baseadas na ciência e tecnologia;
- Adotar práticas de inovação aberta e de inteligência coletiva como estratégia para maior participação da sociedade;
- Incentivar a expansão dos empreendimentos, bem como fomentar a criação e atração de novos projetos a partir da utilização de mecanismos financeiros e tributários como estratégia de desenvolvimento da CTI.

Importa aduzir que a legislação trata de forma primaveril o desenvolvimento, tornando a cidade um dos primeiros municípios da Região Nordeste a possuir uma legislação municipal que regule uma política municipal, com impacto regional, para a CTI.

Adicionalmente, tal política pública está em consonância com as diversas ações relacionadas à proposta inovadora sobre o papel do município no estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável. Ainda, componentes desta lei complementar tem o objetivo de modernizar e agilizar os serviços públicos a partir da operacionalização de algumas ações de inovação dentro da administração municipal.

Finalmente, mais do que o próprio progresso tecnológico e científico, a legislação tem como escopo maior a elevação da qualidade de vida da população com a implantação e socialização de tecnologias desenvolvidas no âmbito regional. Consolidando a economia municipal e regional com a criação de novos formatos de negócios, geração de novos empregos, além de incentivo à pesquisa e a ciência desde as mais primárias fases do sistema de educação municipal.

REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. 230817 - Audiência Pública - Criação do Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia. 2017. (2h37m08s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=zlFX73E2zU&t=2058s>> Acesso em: 24 ago. 2018.

ALMEIDA, Elpídio. História de Campina Grande. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

MELO, Maurício. Campina - Oásis de Tecnologia. Jornal da Paraíba. Disponível em: <<https://bit.ly/2MoOEXw>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

Estatísticas da cidade de Campina Grande-PB. Disponível em:<<https://bit.ly/2MJpaUc>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

Dados do IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

LIMA, Wagner. Paraíba tem quase 72 doutores para cada cem mil habitantes. Matéria publicada no site G1. Disponível em:<<https://glo.bo/2nOvUlX>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

ZILAH, Karoline. Campina Grande aparece como uma das 100 melhores cidades para se trabalhar e fazer carreira do Brasil. Jornal da Paraíba. Disponível em:<<https://bit.ly/2MkTNQa>>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

RIBEIRO, Lucas. Campina Tem voz. Projeto de Lei de CTI para o município de Campina Grande. Disponível em:<<http://www.campinatemvoz.com.br/tech>>. Acesso em 15 de agosto de 2018.